

MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Arnaldo Timóteo Massangaie¹

Introdução

Durante a luta de libertação nacional de Moçambique, levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), foram estabelecidas relações de amizade com outros movimentos que tinham sido acolhidos na Tanzânia como país onde preparavam as suas ações de luta nos respectivos territórios.

Neste contexto, a FRELIMO estabeleceu contatos com o Congresso Nacional Africano (CNA), a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU²), a União dos Povos Africanos do Zimbábue (ZAPU³), a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO⁴) e outros, ainda durante o tempo da luta de libertação nacional. Foi durante esta luta que a FRELIMO estabeleceu que a independência de Moçambique só seria efetiva se os outros países da região estivessem livres da dominação colonial e dos regimes racistas que ainda se encontravam na região, nomeadamente na África do Sul, sob o regime do *apartheid*, na Rodésia (atual Zimbábue) sob um regime minoritário e ilegal liderado por Ian Smith e ainda na Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

Alcançada a independência das colônias britânicas, francesas e belgas situadas na África Ocidental, Central, Oriental e Austral em finais da década de 1950 e inícios da década de 1960, os países africanos independentes congregados na Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963 através

¹ Curso de Relações Internacionais e Diplomacia, Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, Moçambique. E-mail: arnaldomassangaie@yahoo.com.br.

² Sigla do inglês, *Zimbabwe African National Union*.

³ Sigla do inglês, *Zimbabwe African People's Union*.

⁴ Sigla do inglês, *South West African People's Organisation*.

do seu Comitê de Libertação, esta passou a canalizar apoios aos movimentos de libertação visando possibilitar a libertação da parte do continente que ainda se encontrava sob dominação colonial ou por regimes minoritários e racistas.

Neste contexto, dirigentes dos Estados independentes que se encontravam na vizinhança da zona de conflito desenharam iniciativas com vista a canalizar o apoio necessário aos movimentos de libertação que lutavam contra os últimos bastiões do colonialismo em África, que se localizavam na África Austral. Papel de destaque coube à República Unida da Tanzânia que ofereceu espaços do seu território para a edificação de bases para preparação político-militar aos movimentos de libertação, tendo ainda contribuído para o processo de unificação dos movimentos nacionalistas e a criação de frentes unidas contra os colonizadores, como foi o caso da FRELIMO.

Outros países independentes da região como o Botswana, sob a liderança de Sir Seretse Khama, e a Zâmbia, liderada por Kenneth Khaunda, concertaram esforços para apoiar os movimentos de luta pela independência, tendo constituído o embrião da associação dos Estados da Linha da Frente, que veio a ser fortalecida com a adesão de Moçambique e Angola, após alcançarem sua independência em 1975 sob a liderança de Samora Machel e Agostinho Neto, respectivamente.

Inicia-se, assim um processo de integração dos países da África Austral alicerçado na busca da independência dos países da região, que veio resultar na independência do Zimbábue em 1980, ano em que os Estados independentes da região passaram para um estágio mais avançado de coordenação de seus esforços não somente na área de defesa e segurança mas também na área econômica. É dentro deste contexto que se procura analisar o papel de Moçambique na região da África Austral, desde o período do alcance da sua independência em 25 de Junho de 1975.

A Organização dos Estados da Linha da Frente

Em princípios dos anos 1970, a Tanzânia, Zâmbia e Botswana juntaram-se numa aliança informal para apoiar a luta anticolonial pela independência em Moçambique, Angola, Zimbábue e Namíbia. Esta organização ficou conhecida como Estados da Linha da Frente. Após terem ganho suas independências, Moçambique, Angola e, mais tarde o Zimbábue, juntaram-se a esta aliança.

O alcance da independência de Moçambique, em 1975, abriu a possibilidade da participação deste país nos esforços que já vinham sendo levados

pelos países africanos independentes, visando a erradicação dos últimos bastiões do colonialismo e de dominação por regimes minoritários em África. A região da África Austral é aquela que ainda registrava uma presença massiva de regimes minoritários, nomeadamente na Rodésia, África do Sul e a Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

A colaboração entre os movimentos de libertação da África Austral tinha sido iniciada nas bases recuadas na Tanzânia e, no caso do Zimbábue, a abertura, em 1968, da Frente de Tete pela FRELIMO tinha permitido o estabelecimento de bases da ZANU nas zonas libertadas da FRELIMO para além do fortalecimento de colaboração entre estes movimentos de libertação. Moçambique passou a trabalhar mais de perto com os países que haviam agido mais diretamente no apoio à sua luta de libertação, numa aliança informal que foi denominada de Estados da linha da Frente.

Esta aliança, constituída pelo Botswana, Zâmbia e Tanzânia, viu-se reforçada em meados de 1970 com a participação de Angola e Moçambique, antigas colónias portuguesas na África Austral. Sendo Moçambique o país mais próximo do teatro de operações, tanto em relação ao Zimbábue como em relação à África do Sul, este país viria a desempenhar um papel crucial no apoio aos movimentos que lutavam pela libertação daqueles países da dominação por regimes minoritários. Foi neste contexto que Moçambique acolheu um grande número de guerrilheiros da ZANU, ZAPU e do CNA e se envolveu profundamente na procura de solução para os problemas daqueles territórios dominados por regimes minoritários.

De acordo com Matusse (2009), o ambiente de confrontação que se vivia na África Austral contribuiu para a formação dos Estados da Linha da Frente, um fórum informal que passou a ser constituído por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, bem como pelos movimentos de libertação da região nomeadamente o CNA e o Congresso Pan-africanista (PAC), da África do Sul, e a SWAPO, da Namíbia. De acordo com este autor, o Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabua Jonathan, mais tarde forjou laços com o CNA, tendo se recusado a reconhecer a independência do Transkei e outros bantustões, juntando-se aos Estados da Linha da Frente em 1977.

Foi no seio dos Estados da Linha da Frente que Moçambique desempenhou um papel de grande relevância no processo de libertação dos países da região que ainda se encontravam sob a dominação de regimes minoritários. Com efeito, os Estados da Linha da Frente desempenharam um papel decisivo na coordenação de ações políticas, diplomáticas e militares para a libertação da África Austral. Foram os Estados da Linha da Frente que enviaram esforços que culminaram com a aproximação entre os líderes nacionalistas

zimbabuanos, Joshua Nkomo, da ZAPU e Robert Mugabe, da ZANU, para se apresentarem numa frente única, a Frente Patriótica, perante a Grã-Bretanha através de esforços diplomáticos para a independência do Zimbábue.

Na sequência de pressões realizadas pelos Estados da Linha da Frente à Grã-Bretanha e à comunidade internacional em geral, foram realizadas as conversações visando pôr fim ao regime ilegal de Ian Smith, na Rodésia, e foram abertas as negociações que levaram à independência do Zimbábue e à instauração de um regime de maioria negra, dirigido pela ZANU, Frente Patriótica de Robert Mugabe, através do Acordo de *Lancaster House*, assinado a 21 de Dezembro de 1979.

Os Estados da Linha da Frente também desempenharam um papel decisivo na libertação da Namíbia e na derrocada do regime do *apartheid*, na África do Sul. A cooperação que se desenvolveu no seio dos Estados da Linha da Frente serviu de base para a criação da Conferência Coordenada para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC⁵) em 1980.

Logo depois da criação da aliança da Linha da Frente, a FRELIMO abriu as suas 750 milhas (1.200 quilómetros) de fronteira com a Rodésia aos insurgentes zimbabuanos, convidando a ZANU e a ZAPU a estabelecer bases militares conjuntas. Por outro lado, transferiu uma quantidade substancial de armas modernas para as forças da ZANU baseadas em Moçambique, e reassentou mais de 150.000 refugiados zimbabuanos em campos de refugiados (Christie 1988).

Consoante Matusse (2009), por no mínimo um ano, forças de reconhecimento moçambicanas operaram dentro da Rodésia com guerrilheiros zimbabuanos. O Governo de Moçambique tentou também preencher a lacuna entre os dois movimentos nacionalistas encorajando a formação da Frente Patriótica, uma tentativa de aliança da ZANU e da ZAPU. A organização informal Estados da Linha da Frente viria a ser dissolvida a 30 de Junho de 1994, mas a sua estrutura para assuntos de defesa e segurança, o Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança (CIEDS) manteve-se em funcionamento tendo mais tarde sido incorporada na SADCC.

Moçambique pertenceu também à Área de Comércio Preferencial para a África Oriental e Austral (PTA)⁶, uma outra organização regional criada em 1982. Esta era uma área de comércio preferencial fundada com o objetivo de promover o comércio, política aduaneira e a cooperação económica entre os países membros do Sul e do Sudeste Africano. Além dos países da

5 Sigla do inglês, *Southern Africa Development Coordination Conference*.

6 Sigla do inglês, *Preferential Trade Area of Eastern and Southern Africa*.

SADC (exceto África do Sul, Moçambique, Botswana e República Democrática do Congo) os Estados da África Oriental: Etiópia, Burundi, Djibuti, Quênia, Comores, Ruanda, Somália, Sudão e Uganda pertenciam ao PTA que, em 1993, foi renomeada Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA⁷). Moçambique retirou-se do COMESA em 1997, passando a pertencer unicamente à SADC.

A Conferência Coordenada para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)

Segundo Murapa⁸ (2002, 157), o período de transição da década de 1960 para a de 1970 foi marcado por maciça revolta política no continente Africano. Foi o tempo de descolonização e de independência, e esse movimento ocorreu com relativa rapidez na maioria da África. No entanto, na África Austral, onde a presença do colonizador era considerável, houve resistência à descolonização.

Em consequência dessa resistência, a luta pela independência assumiu uma estratégia totalmente diferente: das negociações políticas ao confronto militar em países como a antiga Rodésia (Zimbábue), África Oriental Portuguesa (Moçambique) África Ocidental Portuguesa (Angola), África do Sul e Namíbia.

Consequentemente a Organização da Unidade Africana (OUA) decidiu estabelecer um Comitê de Libertação, sediado em Dar-es-Salam e liderado pela Tanzânia. No cumprimento das suas responsabilidades como base do Comitê de Libertação, a Tanzânia reuniu Estados que se tornaram conhecidos como Estados da Linha da Frente (países vizinhos aos locais onde havia a resistência) e assumiram a responsabilidade de mobilizar apoio internacional para movimentos de libertação (FRELIMO, ZAPU, ZANU, MPLA⁹, SWAPO, CNA e PAC).

Com a independência de Moçambique, Angola e Zimbábue, a liderança dos Estados da Linha da Frente sentiu a necessidade de tratar de questões econômicas na região. O Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, convocou uma reunião consultiva em Arusha, Tanzânia, em 1979, para discutir

7 Sigla do inglês, *Common Market for Eastern and Southern Africa*.

8 Murapa, Rukudzo, Vice-chanceler da Africa University(Zimbabwe), Consultor do PNUD, Banco Mundial e outras Agências Internacionais. In www.africa.edu.vc@syscom.co.zw, acesso em 18 de Agosto de 2014.

9 Movimento Popular para a Libertação de Angola.

a ideia de uma aliança econômica entre o crescente número de Estados da Linha da Frente, visando coordenar e harmonizar suas políticas econômica. A reunião contou com a participação dos Estados da Linha da frente, bem como os líderes dos movimentos de libertação de países da região que ainda não tinham alcançado um governo da maioria.

Com efeito, segundo Abrahamson e Nilsson (1994), com a independência das colônias portuguesas, em 1975, a situação política e o equilíbrio do poder na África Austral sofreram uma transformação radical. Com a independência do Zimbábue, em 1980, desapareceu mais um Estado “para-choques” que o regime de minoria branca de Pretória considerava necessário para a proteção contra a África negra.

Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam ainda que, no mesmo ano, os Estados da Linha da Frente formaram a SADCC¹⁰ com vista a mudar as realidades econômica da região. As esperanças políticas de diminuir a dependência em relação ao ocidente, em geral, e à África do Sul em particular, através de uma maior cooperação regional iriam finalmente se concretizar. Os antecedentes por detrás deste fato eram os esforços dos Estados da Linha da Frente por encontrar uma alternativa à hegemonia sul-africana e à sua estratégia de dominância, apresentada no CONSAS.

O projeto CONSAS foi reintroduzido em Maio de 1979, numa tentativa da África do Sul de estabelecer o seu domínio regional. Porém, na mesma altura, os cinco Estados da Linha da Frente (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) decidiram dar início a uma cooperação regional alternativa sob a denominação de Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A esta decisão seguiu-se uma nova conferência em Arusha, na Tanzânia, em julho do mesmo ano, na qual foram convidados vários doadores potenciais.

No entanto, como Abrahamson e Nilsson (1994) constataram que, para que ambas as organizações (CONSAS e SADCC) pudessem ter êxito, era necessária a participação do Zimbábue independente. Para além de ser o país mais desenvolvido da África Austral depois da África do Sul, o Zimbábue estava localizado no meio da região e era, por isso, um país de trânsito importante para todos os transportes intercontinentais.

10 Foram membros fundadores da SADCC os seguintes Estados: Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Tanzânia. A Namíbia juntou-se após a sua independência em 1990. A organização foi formalmente mudada para SADC, no acordo de Windhoek em 1992. A África do Sul juntou-se em 1994, Maurícias em 1995, a República das Seychelles e a R.D.Congo em 1997.

Assim, os sul-africanos esperaram até ao fim que o Zimbábue independente viesse a ser dirigido pelo Bispo Abel Muzorewa, que tinha declarado apoio ao CONSAS, enquanto que os países da Linha da Frente, na sua luta contra o regime de minoria branca na África do Sul, estavam dependentes do apoio da Frente Patriótica, que era uma aliança política entre a ZANU e a ZAPU. Com a vitória da ZANU nas eleições de 1980 e a entrada do Zimbábue nos países da Linha da Frente, a SADCC pôde ser estabelecida formalmente em Abril de 1980 tendo ficado completamente destruídas as condições para a existência do CONSAS, pelo menos de momento (Abrahamson e Nilsson 1994, 186).

De modo a alcançar as prioridades nacionais por meio de uma ação regional, cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um ou mais setores. Isso envolvia a proposição de políticas, estratégias e prioridades para o setor e implementar projetos para a inclusão no programa setorial, monitorando seu progresso e apresentando relatórios ao Conselho Ministerial.

Quadro 1- Distribuição de Setores de Atividades Pelos Estados-Membros da SADCC em 1980

Estado-Membro	Setor
Angola	Comissão da Energia
Botswana	Pesquisa agrícola, produção de animais e controle de doenças de animais;
Lesoto	Meio ambiente, administração da terra e água;
Moçambique	Cultura, informação, desportos, Comissão de Transportes e Comunicações;
Malawi	Pescas, área florestal e fauna selvagem;
Suazilândia	Desenvolvimento de recursos humanos;
Tanzânia	Indústria e comércio;
Zâmbia	Emprego, trabalho e mineração;
Zimbábue	Produção agrícola, alimentação, recursos agrícolas e naturais.

Fonte: Nsekela (1981, ix)

A Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) surgiu no âmbito da reunião realizada em Arusha, em 1979, que foi seguida de uma Conferência realizada em Lusaka (1980). Segundo Nsekela (1981), no fim da Conferência de Lusaka, os líderes de nove Estados independentes da África Austral emitiram uma declaração resumindo suas discussões e colocando os quatro objetivos de desenvolvimento que eles identificaram e prometeram prosseguir através de ações coordenadas, sendo nomeadamente:

- a) a redução de dependência econômica, particularmente, mas não somente, em relação à África do Sul;
- b) o fortalecimento de ligações para criar uma integração regional genuína e equitativa;
- c) a mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, interestatais e regionais;
- d) a realização de ações concertadas para garantir a cooperação internacional dentro dos instrumentos das estratégias para a libertação econômica.

De salientar que o surgimento da SADCC contou com o apoio massivo de doadores internacionais, pois, como Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam, a economia política internacional reinante era favorável. Para estes autores, o mundo ocidental analisou o desenvolvimento regional na África Austral e os seus conflitos numa perspectiva oeste/leste e através de um grande apoio à organização se desejava conservar a influência política, econômica e militar na região¹¹.

11 De acordo com Abrahamson e Nilsson (1994, 186) existem opiniões diferentes sobre os antecedentes da constituição da SADCC: Alguns observadores afirmam que, na realidade, foi o mundo ocidental que tomou a iniciativa de formar a SADCC para, através do restabelecimento do sistema colonial de transportes, haver ligações mais fortes entre os países da Linha da Frente e o mundo ocidental podendo, desse modo, impedir um aumento da influência soviética na região. Uma justificação dessa interpretação é que a totalidade do financiamento internacional da SADCC é feito pelo mundo ocidental. A União Soviética nunca contribuiu para o financiamento da organização. Outros observadores vão ainda mais longe e acentuam o interesse do mundo ocidental e da África do Sul em ampliar a organização de modo a que esta passasse a incluir, não só os Estados da Linha da Frente mais radicais, mas também países que tradicionalmente eram mais favoráveis à cooperação, tais como o Malauí, por exemplo, para, desse modo, poder diminuir o perfil da política externa da SADCC. Estes autores remetem-nos, entre outros autores a Leys, Roger & Tostensen, Arne em “Regional Cooperation in Southern Africa: The SADCC”, *Review of African Political Economy* 23:52-82. Remetem-nos também a Amin, Samir, Chitala, Derrick & Mandza, Ibo, “SADCC-Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa”, Zed, London, 1987.

O entusiasmo resultante do sucesso na cooperação política entre os Estados da Linha da Frente que conduziu à intensificação da luta e iminente vitória da ZANU, no Zimbábue, levou os líderes dos Estados da Linha da Frente a acreditarem que uma dinâmica de coordenação similar seria alcançável na frente econômica (Nsekela 1981; Matusse 2009). Para os dirigentes dos Estados da África Austral, a SADCC veio adquirir uma função especialmente importante na angariação de apoio internacional e uma fonte financeira para vários projetos de desenvolvimento urgentes, muitas vezes de âmbito nacional (Abrahamson e Nilsson 1994).

Para Abrahamson e Nilsson (1994), os países nórdicos desempenharam um papel muito importante no financiamento do programa de investimentos da SADC. Consoante a estes autores, nos finais da década de 1980 eles respondiam por cerca de 1/4 do apoio internacional total à SADCC. Este apoio era considerado como uma condição para diminuir a dependência dos países da Linha da Frente em relação à África do Sul, tanto pelos países nórdicos como pela maioria dos países da Europa Ocidental.

Com efeito, de acordo com estes autores, o financiamento dos países nórdicos e da Comunidade Econômica Europeia (CEE) permitiu a execução de vários projetos e de seminários de investigação na SADCC. Estes financiamentos eram essencialmente direcionados para o setor de transportes e comunicações, considerado muito importante para a SADCC devido à influência positiva que a reconstrução e o reforço da infraestrutura de transportes têm para a dependência dos países membros inferiores em relação ao sistema de transportes sul-africano.

Em relação a Moçambique havia necessidade de se poder calcular as possibilidades futuras de aumentar as receitas de divisas resultantes dos transportes efetuados e que se esperava que pudessem vir a ser o resultado dos investimentos efetuados. De referir ainda que durante o período colonial foram estabelecidas infraestruturas de transportes consideráveis em Moçambique para fazer a ligação entre as minas e as plantações dos países do interior com o Oceano Índico.

Neste contexto foram construídos portos internacionais importantes em Maputo, Beira e Nacala, com as respectivas linhas férreas na direção ocidente-oriental. Através dessas infraestruturas, dois terços do comércio da Rodésia passavam por Moçambique durante as décadas de 1950 e 1960 e, cerca de uma terça parte das receitas totais de Moçambique em moeda estrangeira tinham origem na utilização das vias de tráfego do país (Abrahamson e Nilsson 1994).

Para a Rodésia (atual Zimbábue), Zâmbia e Malauí, as vias de transporte naturais para o mercado mundial passavam pela Beira e por Nacala. Entretanto, a adesão de Moçambique às sanções decretadas pelas Nações Unidas contra a Rodésia do Sul, encerrando, assim, a sua fronteira com este país reduziu consideravelmente o fluxo de mercadorias através da Beira, visto que a Rodésia começou a transportar as suas mercadorias através dos portos sul-africanos.

Porém, com a independência do Zimbábue em 1980, a fronteira foi reaberta e as tradicionais vias de transporte por Moçambique iriam retomar o seu importante papel, tendo iniciado, no âmbito da SADCC, um programa de reconstrução total da infraestrutura de transporte. Moçambique voltava, assim, a desempenhar o seu papel tradicional nos transportes regionais e o seu sistema de transportes ganhou um maior significado para os países membros da SADCC.

Foi neste contexto que, no âmbito da coordenação setorial de atividades na SADCC, coube a Moçambique a responsabilidade principal de identificar, implementar e coordenar os programas de transportes. Foi criada, para o efeito, uma comissão coordenadora especial e regional, a Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC¹²), cujo secretariado encontrava-se em Maputo.

Consoante Abrahamson e Nilsson (1994), durante a década de 1980 foram realizados cerca de 200 projetos diferentes na região no valor de cerca de 6 bilhões de dólares americanos, tendo sido garantido o financiamento para 4 bilhões de dólares. Deste montante, cerca de 2,5 bilhões destinavam-se à reconstrução de portos e estradas de ferro na região, sendo a parte moçambicana cerca de um bilhão de dólares.

No entanto, o programa de investimentos elaborado no âmbito da SATCC para Moçambique baseava-se exclusivamente na necessidade de reconstruir e equipar os três corredores de transporte que, na época colonial, davam a Moçambique receitas consideráveis em moeda estrangeira. Nenhuma parte desse programa de investimentos abrangia a reconstrução da rede de estradas que faz a ligação entre esses corredores de transporte com as outras partes do país. Também nunca foram elaborados quaisquer planos de investimentos com o objetivo de reforçar as condições para um aumento do comércio dentro da região através do alargamento da infraestrutura de transportes entre os diferentes países membros (Abrahamson e Nilsson 1994).

Segundo estes autores, apesar do esforço empreendido ao nível da SADCC para reduzir a dependência dos Estados membros tanto para com

12 Sigla do inglês, *Southern African Transport and Communications Commission*.

o ocidente como para com a África do Sul, este aumentou, especialmente durante a década de 1980. O comércio interno da região é muito baixo. Por outro lado, durante o mesmo período o comércio dos países membros da SADCC com a África do Sul aumentou, especialmente durante os últimos anos (Abrahamson e Nilsson 1994).

A falta de complementaridade entre as economias dos Estados da SADC é considerado como sendo a justificção para esta situação, dado que o comércio dos países consiste essencialmente em produtos agrícolas e matérias-primas, sendo a procura dos mesmos bastante limitada na região. As suas importações consistem em combustíveis, insumos para a agricultura, bens de capital e bens de consumo, produtos estes fabricados em quantidades muito pequenas pelos Estados membros da SADCC.

Para Abrahamson e Nilsson (1994), o aumento do comércio regional também não foi estimulado por iniciativas dos governos. Foram feitos poucos investimentos para modificar as estruturas de produção coloniais, que tinham como objetivo sobretudo a exploração, segundo as necessidades dos poderes coloniais. Pelo contrário, os desequilíbrios macroeconômicos dos países membros com grandes déficits da balança de pagamentos e as respectivas dívidas aumentaram o significado das receitas de exportação das estruturas de produção tradicionais.

Por isso, mesmo com a criação da SADCC, a dependência dos países da região em relação à África do Sul continuou. O reduzido comércio intra-regional e a falta de complementaridade entre as economias dos países da região são fatores que contribuíram de sobremaneira para este fracasso. Realçando que a maioria dos países membros da SADCC estão especializados na produção de produtos primários (essencialmente produtos minerais e agrícolas), não possuindo capacidade para oferecer os produtos manufaturados necessários para o incremento do comércio intra-regional.

Salienta-se, no entanto, que os líderes dos nove Estados independentes da região tiveram que ultrapassar dificuldades relacionadas com interesses econômicos nacionais e diferenças de opiniões em benefício da criação da SADCC. A situação de dependência em que se encontravam os Estados da África Austral durante o período de vigência do regime do *apartheid* na África do sul pode ser caracterizada como descreve Nsekela (1981, ix):

Os Estados da África Austral precisavam alargar sua liberdade de escolha porque havia necessidade de escolha entre rotas de transportes e canais de comunicações, de fontes de energia, de mercados e fornecedores, fontes de investimentos e parcerias empresariais; os Estados da África Austral precisavam desenvolver programas para reduzir a dependência

proveniente de um lado e aumentar as opções às economias nacionais e aos governos. Esta necessidade era prioritária e urgente na África Austral onde a fragmentação das economias e a sua integração forçada à República da África do Sul tinha criado uma excessiva dependência nacional e regional, que se pretendia agora reduzir com a criação da SADCC.

Refere-se, no entanto, que os Estados da África Austral tinham iniciado ações de coordenação para o seu desenvolvimento antes mesmo da criação da SADCC. Segundo Nsekela (1981), após a declaração unilateral (ilegal) da independência na Rodésia do Sul em 1965, a Zâmbia encarou uma crise de transportes. Como resultado, um esforço conjunto da Zâmbia com a Tanzânia, ajudados por uma vasta gama de parceiros externos incluindo a China, o Banco Mundial, a Itália e os Estados Unidos da América, fizeram com que a região tivesse atualmente a estrada de Lusaka a Dar-es-Salam, a Companhia de Serviços de Estradas Zâmbia-Tanzânia, o *pipeline* da Tanzânia, a linha férrea Tanzânia-Zâmbia Railways (TAZARA), e o apoio zambiano para a expansão das instalações portuárias em Dar-es-Salam e Mtwara, bem como o Aeroporto de Mtwara.

Angola e Zâmbia trabalharam juntos em planos de reabilitação da Linha Férrea de Benguela; a Zâmbia e a Botswana cooperaram para garantir uma rota terrestre entre os dois países que não cruzasse a antiga Rodésia do Sul. Moçambique coordenou o desenvolvimento de transporte nacional e uso de rotas com o Malawi, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia (Nsekela 1981).

Vale realçar, no entanto, que consoante Nsekela (1981), a coordenação das atividades entre os Estados da região Austral da África antes da criação da SADCC manifestava-se essencialmente ao nível bilateral e teve inúmeras dificuldades originadas pela guerra contra os regimes minoritários da África do Sul, da Rodésia do Sul e nas antigas colónias Portuguesas de Angola e Moçambique.

Importa referir, como Nsekela (1981) constata, que com a criação da SADCC foi reafirmada a necessidade do aumento do comércio intra-regional, tendo sido coletivamente rejeitados modelos que pudessem conduzir as crescentes hiatos entre Estados fortes e fracos que pudessem minar a confiança mútua e conduzir à dissolução da organização. De acordo com este autor, acreditava-se na possibilidade de aumento do comércio intra-regional tal como muitos destes países tinham já experimentado com a Federação das Rodésias e Nyassalândia, a Comunidade da África Oriental (EAC)¹³ e a

¹³ Sigla do inglês, *East African Community*.

União Aduaneira da África Austral (SACU)¹⁴ que, apesar de serem organizações criadas pelas potências coloniais, tinham contribuído para a criação do comércio na região.

Ademais a identificação da necessidade de desenvolvimento das infraestruturas, como uma área-chave para o desenvolvimento da região continua sendo uma estratégia-chave na participação contemporânea de Moçambique na região. Como constatam Lhalbahadur e Otto (2013), na era imediata pós-guerra, a participação regional de Moçambique permitiu fornecer seus vizinhos com preços competitivamente alternativos de acesso aos portos. Com um dos mais baixos custos do comércio trans-fronteiriços na região, a 60% do custo médio para importações e exportações na África subsaariana, Moçambique provou ser uma opção custo-efetivo para muitos dos seus vizinhos incluindo a África do Sul.

O estabelecimento dos corredores de desenvolvimento e as iniciativas de desenvolvimento espacial têm encorajado o comércio transfronteiriço e estão a promover a agricultura local, naqueles que são consideradas como características subsidiárias do envolvimento de Moçambique com os outros países da região.

Consequências da criação da SADCC para Moçambique

A análise do percurso histórico da região de África Austral afigura-se pertinente para a compreensão da dinâmica atual da integração regional, bem como para se traçarem quaisquer estratégias de desenvolvimento econômico regional e de aprofundamento da cooperação política entre os Estados da região de África Austral. A criação da SADCC em 1980 trouxe inúmeras consequências econômicas e políticas cujas sequelas continuam a fazer-se sentir tanto dentro dos Estados como nas relações entre os Estados.

A dependência em relação à África do Sul e a acumulação de recursos que este país teve em resultado da exploração das vantagens, que tinham sido atribuídas com a incorporação dos outros Estados da região, aliada aos inúmeros recursos naturais que este Estado possui, tornou-o no Estado mais desenvolvido da região. Como Abrahamson e Nilsson (1994, 192) afirmam, a África do Sul interpretou a independência do Zimbábue e a formação da SADCC como uma ameaça às possibilidades de o país poder conservar o seu sistema de *apartheid*. O aumento da cooperação regional entre os Estados da Linha da Frente iria diminuir a sua dependência da África do Sul e isto

¹⁴ Sigla do inglês, *Southern African Customs Union*.

estava contra os interesses políticos sul-africanos. Assim sendo, a ameaça de sanções internacionais à África do Sul podia ser rejeitada pelo regime do *apartheid* utilizando o argumento de que este tipo de sanções iria, sobretudo, afetar o abastecimento dos países vizinhos interiores.

Por isso, ações de desestabilização sul-africana tiveram lugar contra os Estados vizinhos, tendo como principais alvos as infraestruturas de transporte destes países. As ações militares afetaram Angola e Moçambique de uma forma particularmente grave, embora o Zimbábue e Botswana tenham igualmente sofrido desestabilização. Analisando a situação em Moçambique durante o processo de desestabilização consequente e sistemática levada a cabo pela África do Sul sob o regime do *apartheid*, Stephens (1991) *apud* Abrahamson e Nilsson (1994, 193) refere que:

Durante o período compreendido entre 1982 e 1989 foram destruídas 308 locomotivas, 662 carruagens, 35 pontes, e 244 km de linha férrea em Moçambique. Calcula-se que o custo em moeda estrangeira de material destruído seja de aproximadamente 259 milhões de dólares americanos, para além das receitas de fretes não executados que foram perdidas. Estas ações de destruição visavam criar o descrédito dos utilizadores do sistema de transportes e comunicações de Moçambique pelos exportadores/importadores da região. Por outro lado, as empresas estatais sul-africanas utilizaram uma estratégia comercial invulgarmente agressiva para convencerem os exportadores e importadores dos países vizinhos a utilizar a rede de transportes sul-africana atribuindo consideráveis subvenções de fretes aos clientes que, apesar de a distância de transporte ser maior, escolherem enviar a sua carga pela África do Sul.

Criou-se, assim, uma distorção do comércio a nível regional que veio a crescer-se às distorções tradicionais historicamente criadas, que colocavam os Estados vizinhos da África do Sul como fontes de abastecimento deste país em mão-de-obra e em mercados para a geração de emprego e rendimento para a sua economia, para além da destruição dos recursos humanos e materiais necessários para a edificação dos Estados da região, especialmente Angola e Moçambique.

Segundo Abrahamson e Nilsson (1994), a desestabilização sul-africana foi facilitada porque o seu objetivo político de impedir os países vizinhos de utilizar a rede moçambicana de transportes coincidiu com os correspondentes interesses comerciais dos compradores de transportes da região. Muitas vezes, eles próprios preferiram enviar a sua carga através do sistema sul-africano de transportes devido à transformação estrutural que o mercado de transportes da região sofreu durante a década de 1980, essen-

cialmente baseada na introdução de contentores no sistema de transporte de mercadorias.

Essa transformação estrutural teve como resultado transportes mais baratos e mais eficientes, mas também uma concentração crescente das atividades nos despachantes e nas companhias de navegação mais eficientes. Assim, a situação de concorrência nos portos foi fortalecida e muitos tiveram que abandonar esta atividade quando não tinham condições para atrair para si o fluxo de carga (Abrahamson e Nilsson 1994).

No que concerne a Moçambique, as ações de desestabilização levadas a cabo pelas forças de defesa sul-africanas eram direcionadas essencialmente aos sistemas de transportes e comunicações atingindo linhas férreas, estradas, pontes, meios de transportes e outros empreendimentos vitais para o desenvolvimento do país. Deste modo, as ações desestabilizadoras do regime do *apartheid* vieram aumentar a destruição de Moçambique, iniciada pelo regime Rodesiano devido ao apoio incondicional que este país dava aos movimentos de libertação zimbabuanos.

Com efeito, a adesão de Moçambique às sanções contra o regime Rodesiano, decretadas pelas Nações Unidas, que levaram ao encerramento da fronteira com este país em 1976, contribuíram para a redução do tráfego internacional de mercadorias, uma das principais fontes de divisas: “os prejuízos decorrentes das sanções e de agressões da Rodésia foram estimados pelo Governo em cerca de 16.500 mil contos de 1976 a 1980” (Mosca 2005, 146). Para além disto, este autor afirma que:

O internacionalismo e a solidariedade para com as lutas contra as situações coloniais (Zimbábue) e de ocupação (Namíbia) e do *apartheid* representaram, para Moçambique, elevados custos económicos e humanos: por exemplo, a África do Sul reduziu abruptamente as relações económicas com este país, com uma dupla estratégia: a) mecanização da produção mineira e reforço do recrutamento de mão-de-obra em outros países da região; b) implementação de políticas comerciais agressivas para que os países da África Austral desviassem fluxos de mercadorias que até então eram escoados através dos portos de Moçambique (Mosca 2005, 146).

Constata-se, assim, que as ações de desestabilização das economias dos países da África Austral por parte dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul contribuíram de sobremaneira para a continuação da dependência destes países em relação à África do Sul e aos países da Europa Ocidental. Estudos realizados por Stephens (1986) e Machintosh (1986) *apud*

Mosca (2005) sobre as estratégias de transportes na África Austral apontam algumas causas que contribuíram para que Moçambique tivesse perdido a importância no sistema de transportes da região, podendo se destacar:

- a) a guerra que tinha como um dos objetivos impossibilitar os fluxos através de Moçambique no quadro da estratégia de desestabilização, devido à importância econômica que representavam nas receitas em divisas;
- b) a África do Sul desenvolveu um conjunto de ações comerciais com o firme propósito de desviar o tráfego de Moçambique como, por exemplo, não cumprir acordos de tarifas com os Caminhos de Ferro de Moçambique e subsidiar o transporte de alguns produtos provenientes da região;
- c) a evolução tecnológica do transporte por contentores não foi acompanhada por Moçambique fazendo com que este país perdesse a competitividade devido às vantagens, tanto para os proprietários das cargas como para as empresas armadoras;
- d) a contentorização do transporte provocou a formação de monopólios nas empresas de agenciamento e as ligações do capital sul-africano e da Rodésia do Sul, que permaneceram após a independência do Zimbábue, dificultando as tentativas da Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC) para reduzir a dependência da África do Sul.

A desestabilização econômica e militar da África do Sul nos Estados independentes da região veio, deste modo, exacerbar as distorções econômicas herdadas do período colonial e corroborou para a minimização dos esforços levados a cabo pela SADCC para reduzir a dependência em relação àquele Estado dominado pelo regime do *apartheid*.

À semelhança de Moçambique, Angola foi particularmente afetada pela desestabilização sul-africana numa tentativa de cortar o apoio que este país dava à SWAPO, a qual lutava pela independência da Namíbia, mas também devido à necessidade de colocar, naquele país, um governo que fosse favorável aos interesses da África do Sul. Isto permitiria o acesso deste país aos inúmeros recursos minerais (principalmente petróleo) que a África do Sul viria eventualmente a necessitar caso as sanções internacionais fossem efetivas e duradouras. Assim, invocando igualmente a “ameaça comunista” representada pelo MPLA e seu líder Agostinho Neto, uma grande ofensiva desestabilizadora foi lançada àquele país da África Austral, ainda nas vésperas da sua independência.

Ilustrando os efeitos da desestabilização e com base em dados fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Davies (1990) apresenta estimativas que indicavam que pelo menos 1,3 milhões de angolanos e moçambicanos morreram entre 1980 e 1988, como resultado direto ou indireto das guerras de desestabilização movidas por Pretória. As perdas sofridas pelas economias dos Estados membros da SADCC no mesmo período foram estimadas em 60,5 bilhões de dólares americanos, mais do que o triplo da dívida externa conjunta dos nove países desta organização.

Sem pretendermos analisar com profundidade o processo de desestabilização de Angola pela África do Sul, cujas proporções foram maiores do que os nos outros países da região, torna-se pertinente afirmar que a invasão daquele país pela África do Sul pouco tempo antes da proclamação da independência trouxe uma nova dinâmica para a situação desta região. Com efeito, em resposta a esta invasão, Cuba enviou milhares de soldados a partir de Outubro de 1975 que asseguraram que, quando a independência foi formalmente declarada em Novembro de 1975, o MPLA estivesse no controle da capital onde se proclamou a “ República Popular” e o seu líder Agostinho Neto como Presidente.

Daí em diante, Angola passou a ser palco de uma confrontação que passou do âmbito regional para o contexto da Guerra Fria, com o envolvimento de vários atores externos, incluindo a União Soviética e os Estados Unidos. No entanto, ao longo de poucos meses, os cubanos asseguraram o controle ao nível de todo o país. O apoio americano à UNITA¹⁵ parou na sequência da Emenda Clark que proibia o apoio a qualquer das facções angolanas (uma manifestação da atitude pós-Vietnã nesse momento nos EUA). Isso deixou as forças sul-africanas sozinhas e forçou o governo sul-africano a retirar as suas forças para além da fronteira namibiana em Abril de 1976 (Davies 1990).

Como Rothchild (1997) afirma, o desafio militar que os antagonistas internos e externos puseram ao Governo Angolano, entre 1976 e 1980, tornaram-no impossível de gerir. Um conflito de baixa intensidade começou a observar uma escalada a partir de 1981, quando a África do Sul lança a Operação *Protea*, a maior incursão das suas forças para a Província do Cunene.

Contudo, como afirma Davies (1990), no segundo trimestre de 1988, verificaram-se algumas alterações e mudanças no conteúdo da política regional sul-africana que não representaram uma mudança de intenções da parte dos centros de decisão, mas eram fruto das profundas mudanças nas circunstâncias objetivas em que as decisões foram tomadas. No entanto, por

15 União Nacional para a Independência Total de Angola.

essa altura, ainda se verificava um grande entusiasmo da África do Sul em continuar com as agressões também em Moçambique e no Zimbábue.

Entretanto, consoante Davies (1990), a batalha de Cuito Cuanavale, em 1988, e o confronto na barragem de Calueque representaram um ponto de inflexão em dois aspectos: primeiro, eles indicam uma importante mudança no balanço estratégico das forças em presença. A superioridade aérea por parte das forças armadas angolanas apoiadas pelas forças cubanas minou as pretensões sul-africanas de invencibilidade militar na região e a mostrou a capacidade das Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA) de manterem a Cidade e o Aeroporto de Cuito Cuanavale, como fortes oponentes no seu próprio território.

Segundo, os altos custos da guerra tinham contribuído para um senso de inutilidade da guerra no seio do regime do MPLA e dos intervenientes diretos e indiretos. As perdas das Forças de Defesa da África do Sul (SADF¹⁶) em aviões e em homens (incluindo centenas de soldados negros e no mínimo sessenta soldados brancos) trouxeram um novo ceticismo e sensibilidade nos círculos civis sobre as vítimas e os custos financeiros da guerra.

Nestas circunstâncias, de acordo com Davies (1990), ao mesmo tempo que as batalhas de Cuito Cuanavale produziam, indubitavelmente, a mais decisiva das “novas realidades” emergentes a nível regional, desenvolvimentos nas outras fontes de desestabilização regional tinham também um impacto significativo. No caso dos rebeldes de Moçambique, o conhecido envolvimento de Pretória com a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) começou a ameaçar aumentar o seu isolamento internacional. Por outro lado, a extrema brutalidade das ações da RENAMO ilustradas pelos massacres de Homoíne, Manjacaze e Tanninga/Maluana que [GRS1] foram amplamente divulgados, impediram qualquer apoio internacional que, de outro modo, os rebeldes poderiam ter mobilizado.

Para Davies (1990), apesar de a base técnica da guerra ser, sem dúvida, parcialmente proveniente da “doutrina Reagan”, a brutalidade dos assaltos da RENAMO no contexto da ativa diplomacia do governo de Moçambique levou até mesmo a administração Norte-Americana a se distanciar deles. Numa conferência de doadores para emergência realizada em Maputo, em abril de 1988, o Vice-Secretário do Estado, Roy Stacy, acusou a RENAMO de provocar um dos mais brutais holocaustos desde a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Davies (1990), um relatório apresentado pelo Departamento de Estado Norte-Americano estimava que o MNR tinha sido responsável pela morte de pelo menos cem mil civis. Este relatório, escrito por

¹⁶ Sigla do inglês, *South African Defense Forces*.

Robert Gersony, foi baseado em entrevistas com duzentos informantes em Moçambique e nos países vizinhos. Os informadores de Gersony disseram que eles próprios tinham presenciado seiscentos assassinatos a tiro, facas, machados, baionetas, queimaduras em vida, espancamento, asfixia, fome e afogamento.

Por outro lado, ataques contra ativistas *antiapartheid* eram levados a cabo, muitas vezes em incursões do tipo “bate e foge” nos países vizinhos da África do Sul, como aconteceu em Bulawayo, em Janeiro de 1988, e no Botswana, onde uma incursão falhou, mas nesta foi ferido um policial, o que ajudou que nos EUA a África do Sul fosse declarada “um Estado terrorista”. Situações semelhantes ocorreram em Moçambique com ataques relâmpago em zonas suspeitas de albergar militantes do ANC, como ocorreu na Matola em 30 de Janeiro de 1981 (Davies 1990).

No entanto, o colapso da “estratégia total”, adotada pelo regime de Botha quando subiu ao poder em 1978, foi implicitamente reconhecido pelos estrategos estatais, durante o período da escalada de ações populares entre Setembro de 1984 e Junho de 1986. A resposta mais direta e imediata do regime, perante o aprofundamento da crise neste período, foi a intensificação da repressão coberta pelo estado de emergência imposto em 1986 à escala nacional. Contudo, as crises profundas deram lugar a uma significativa reformulação do componente político da estratégia do Estado dentro das instituições do Sistema de Segurança Nacional.

Pouco depois registrou-se a ascensão de F.W. De Klerk à liderança do Partido Nacional no poder na África do Sul e depois à chefia do regime em que ele apareceu como o representante de um bloco de forças (destacando-se entre elas o capital monopolista doméstico), dando prioridade à redução do isolamento internacional e procurando “uma solução política” para as crises do *apartheid*. Consoante Davies (1990), as forças agrupadas em torno de De Klerk pareciam ter reconhecido que estes objetivos não seriam alcançados sem negociações constitucionais dignas de crédito, que envolvessem não só os aliados já existentes mas também os conhecidos representantes da maioria oprimida, incluindo o ANC.

Neste contexto, o regime de De Klerk fez importantes mudanças estratégicas na conduta, não só da sua política interna, como a nível regional. Isto torna-se evidente nas medidas anunciadas a 2 de Fevereiro de 1990: o levantamento do banimento contra o ANC, o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), o Congresso Pan-Africano (PAC) e outras organizações *antiapartheid* seguido pela libertação, a 11 de Fevereiro, de Nelson Mandela. Estas concessões, embora parciais, eram significativas em relação às solicitações para a

criação de um clima propício a negociações através da normalização da vida política e representa um grande afastamento em relação às posições rigidamente seguidas no regime de Botha.

Passos mais significativos foram dados em seguida, que culminaram com o fim do regime do *apartheid* na África do Sul e o prenúncio de um regime de maioria democraticamente eleito naquele país. Consumava-se, assim, o fim de mais um regime retrógrado que, desde finais dos anos 1940, constituiu fonte de instabilidade política e econômica na África Austral, para além do tratamento desumano e cruel que era atribuído à maioria negra e outros grupos minoritários da África do Sul. Abriam-se, assim, perspectivas de participação de uma África do Sul democrática e multirracial nos projetos de integração regional e no concerto das nações.

Torna-se necessário mencionar, também, que a guerra civil a qual durante dezesseis anos dilacerou Moçambique chegou ao fim com a celebração, em 1992, do Acordo Geral de Paz assinado em Roma, Itália, a 4 de Outubro pelo governo de Moçambique e pela RENAMO. Abria-se, assim, uma nova etapa no desenvolvimento político, econômico e social de Moçambique, que realizou as suas primeiras eleições democráticas e multipartidárias em 1994.

O Governo de Moçambique, legitimado pelo sufrágio universal, direto e secreto, passava assim, a ter possibilidade de se concentrar na definição de políticas e estratégias visando a promoção do desenvolvimento econômico e social deste país e a incentivar a sua inserção plena na região e no mundo. Entretanto, em Angola, o conflito tomou várias dimensões tendo se prolongado mesmo após o fim da Guerra Fria numa miscelânea de problemas que iam desde a etnicidade e cobiça estrangeira em relação aos inúmeros recursos existentes no país até à ambição exacerbada do poder evidenciada pelas elites representativas dos diferentes espaços socioculturais de Angola.

O conflito Angolano só viria a terminar com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, abrindo-se, assim, o caminho para o desenvolvimento econômico e social de Angola, além e sua participação plena no processo de integração regional e a sua inserção na comunidade internacional.

A criação da SADC e o papel de Moçambique nesta organização

Em 17 de agosto de 1992 em Windhoek, na Namíbia, foi criada a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com a Decla-

ração e o Tratado Constitutivo foram assinados, na Cúpula dos Chefes do Estado e Governo. Deste modo, a SADCC transformou-se em SADC. Para além dos nove Estados fundadores da SADCC, após alcançar a sua independência, a Namíbia aderiu à SADC em 1990. Com o fim do regime do *apartheid*, a África do Sul aderiu em 1994, as Ilhas Maurícias em 1995, a República Democrática do Congo em 1997, as Ilhas Seychelles em 2000 e a Ilha de Madagascar¹⁷ em 2005.

Após longos anos de guerra civil que se seguiu à proclamação da independência de Moçambique em 1975, o país destacou-se no seu papel estratégico na luta contra os regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia do Sul, tendo sido, por isso, alvo de um processo contínuo de desestabilização política, militar e econômica. Foi membro da Organização informal dos Estados da Linha da Frente desde a sua independência sendo membro fundador da SADCC em 1980 e, mais tarde, da SADC em 1992.

As reformas introduzidas em finais da década de 1980, visando acomodar a economia de mercado e o sistema de democracia multipartidária, ocorreram em simultâneo com a participação ativa do país no processo de integração regional na SADC. Assim, a inserção regional de Moçambique passou a ocorrer em simultâneo com a implementação de medidas de ajustamento estrutural, iniciadas com a adesão do país às instituições financeiras internacionais em 1984, e a implementação do programa de ajustamento estrutura denominado Programa de Reabilitação Econômica (PRE), em 1987, que evoluiu para Programas de Reabilitação Econômica e Social (PRES) em 1990.

A economia de Moçambique no período colonial era caracterizada pela sua ligação desde longa data à economia da África Austral, essa como fornecedora de serviços devido à sua localização estratégica. Relações entre Moçambique e a África do Sul datam do período colonial e eram caracterizadas pela migração de força de trabalho para as minas de ouro, diamantes e carvão, fornecimento de energia eléctrica a partir da barragem de Cahora Bassa e o uso dos portos de Maputo, Beira e Nacala pelos países do interior. Assim, Moçambique desempenhou um papel importante no fornecimento

¹⁷ Devido à instabilidade reinante em Madagascar desde 2009, este país foi suspenso da sua qualidade de membro da SADC. Com efeito, em 2009, uma série de manifestações anti-governamentais culminaram com o envolvimento militar e na tomada do poder pelo líder da oposição Andry Rajoelina, afastando o Presidente Marc Ravalomanana da direcção suprema do Estado. Esta ação consubstanciava um ato inconstitucional e um atentado contra os valores democráticos defendidos pela SADC, o que levou esta Organização a suspender este país como membro. Entretanto, restabelecida a legalidade constitucional, Madagascar voltou a ser readmitido como membro de pleno direito em 2014.

de serviços à África do Sul e às antigas colônias britânicas do Malauí, Zâmbia e Zimbábue. Este papel foi desempenhado graças à complexa infraestrutura de transportes e comunicações orientadas para o *hinterland* e as suas fortes ligações com a África do Sul.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), que pôs termo a uma prolongada guerra civil inserida no contexto da desestabilização política, econômica e militar levada a cabo pelo regime do *apartheid* da África do Sul e pela RENAMO, um processo de democratização e de reconciliação nacional teve lugar, passando a realizar eleições regulares e a consolidar as instituições democráticas.

No âmbito econômico, verificou-se uma estabilidade resultante da implementação de projetos capital-intensivo, como os “megaprojetos” da fábrica de Alumínio (MOZAL), de exploração de gás natural pela SASOL e projetos nas minas de carvão de Tete, através dos quais se mobilizou um grande influxo de capital estrangeiro. Por essa via, Moçambique manteve índices de crescimento macroeconômico entre 7 e 10%, bem como níveis de inflação sob controle.

No contexto da sua participação no processo de integração regional, Moçambique aderiu ao Protocolo Comercial da SADC (PC-SADC), em 1999, tendo o implementado a partir de Setembro de 2001. À semelhança dos outros Estados que aderiram ao protocolo, Moçambique apresentou ao Secretariado da SADC a sua oferta de redução de tarifas aduaneiras. De acordo com o MIC (2005), o PC-SADC é um dos principais instrumentos que orientam o processo de integração regional na área comercial.

Este protocolo foi assinado em agosto de 1996 por 11 Estados-membros da SADC, nomeadamente: Botswana, Lesoto, Malauí, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia, e Zimbábue. Angola subscreveu o protocolo comercial em 2003 e passou a preparar a sua oferta de redução tarifária. Madagascar aceitou o Protocolo em 2005 e apresentou, em 2006, a sua oferta de redução tarifária, bem como o instrumento para o início da implementação. A República Democrática do Congo não é signatária do PC-SADC.

O PC-SADC entrou em vigor a 25 de janeiro de 2000 e está a ser implementado desde Janeiro de 2001 pelos onze países acima mencionados e tinha como finalidade de criação de uma Zona de Comércio Livre em 2008. Os objetivos deste protocolo eram os seguintes:

- a) fomentar a liberalização do comércio intra-regional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equi-

librados e de benefício mútuo, complementados por protocolos noutras áreas;

- b) garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflita as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus Membros;
- c) contribuir para o melhoramento de um ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteiriço e estrangeiro;
- d) incrementar o desenvolvimento econômico, diversificação e industrialização da região;
- e) estabelecer uma Zona de Comércio Livre (ZCL) na região da SADC (MIC 2005).

O processo de integração econômica na SADC baseia-se no princípio de assimetria, que consiste no tratamento diferenciado dos países em função do seu nível de desenvolvimento. No caso específico da SADC isto tem como objetivo assegurar os interesses dos países menos desenvolvidos. Assim, assume-se a partida que os países mais desenvolvidos devem desarmar suas tarifas mais cedo e mais rapidamente que os países em desenvolvimento e, estes, por sua vez, mais cedo e mais rapidamente do que os países menos desenvolvidos.

De referir que, de acordo com o MIC (2005), Moçambique foi um dos primeiros Estados a promulgar todos os instrumentos necessários à implementação do PC-SADC, tendo ratificado este em dezembro de 1999 e iniciado a sua implementação em janeiro de 2001. Os regulamentos sobre regras de origem e a sua certificação, bem como os mecanismos de implementação, foram publicados no Boletim da República em Outubro de 2001, destacando o fato de Moçambique ter sido o único país da região que publicou na íntegra o respectivo calendário de desarmamento pautal.

Assim, como todos os outros países da região (exceto a África do Sul), Moçambique apresentou duas ofertas de redução tarifária designadamente, uma oferta básica dirigida à África do Sul, como proposta de desarmamento tarifário mais protecionista. A outra oferta de redução tarifária era denominada oferta diferenciada destinada aos restantes países membros (exceto a África do Sul), tendo em conta a assimetria na liberalização do comércio no âmbito do PC-SADC.

Moçambique foi considerado um dos países mais entusiastas na implementação do PC-SADC, tendo alcançado níveis altos de abertura do seu mercado no âmbito do PC-SADC. Esses níveis de abertura do mercado nacional para a África do Sul, deste período até finais de 2007, foram de cerca de 28,10 % (mantendo-se protegido em cerca de 71.9%), 92,5% no período

de 2008 até finais de 2014 (cerca de 7.5% protegido), e 99.57% de 2015 em diante (mantendo-se protegido em apenas 0.43%) (MIC 2005).

Em relação aos outros países da região (sem a África do Sul), os níveis de abertura do mercado moçambicano, no âmbito do PC-SADC foram de 30.4% até finais de 2007 (mantendo-se protegido em 69.96%), cerca de 93.93% no período de 2008 até finais de 2014 (mantendo-se protegido em cerca de 6.07%) e de cerca de 2015 em diante (MIC 2005).

O impacto econômico da adesão de Moçambique ao PC-SADC consistiu no surgimento de novos empreendimentos econômicos com capitais da região, com grande peso na produção nacional, destacando: A SASOL (50% de capital sul-africano), na exploração e transporte do gás natural de Pande exportado para a África do Sul; a MOZAL (15% de capital sul-africano), virada para a produção do alumínio; as areias pesadas do Chibuto (com parte de capital sul-africano).

Foram também feitas aquisições de empresas moçambicanas que estavam paralisadas, destacando: A empresa metalúrgica CIFEL; a Companhia Industrial da Matola, dedicada à produção de massas, bolachas, moagem; as empresas Cervejas de Moçambique e a fábrica de refrigerantes Coca-Cola; a empresa têxtil Texmoque e as açucareiras.

Na área de serviços foi feita a concessão do Porto de Maputo. Na área do comércio foram abertos grandes supermercados por capitais sul-africanos designadamente a Shoprite, Game e Mica, bem como o estabelecimento do Banco Austral e o Standard Bank. Estes investimentos têm influência na criação de um ambiente propício à integração regional, uma vez que contribuem para o aproveitamento de potencialidades existentes no país e ainda para a capacitação e capitalização de pequenas e médias empresas fornecedoras de serviços e produtos aos empreendimentos estabelecidos. Assim, a África do Sul tornou-se o maior parceiro de investimento de Moçambique na região da África Austral.

De realçar que o conceito de integração para o desenvolvimento adotado na SADC, que consiste na integração setorial e de infraestruturas, tem raízes históricas pois os países desta região, em geral, beneficiaram-se de sistemas e relações estabelecidas pelas potências coloniais, bem como do regime do *apartheid* na África do Sul, tais como os sistemas de estradas e caminhos de ferro (MAIR 2001).

Recursos naturais como a água e a biodiversidade estabelecidos para além das fronteiras convencionais facilitam a integração regional, permitindo aos países vizinhos partilharem seus benefícios. Por isso, a água, a energia, os sistemas de transportes e a biodiversidade são fatores que facilitam a

integração na região da SADC. À semelhança de Angola, Moçambique é um país com uma vasta rede hidrográfica, partilhando as principais bacias hidrográficas com os outros países da região, nomeadamente nos rios Rovuma, Zambeze, Limpopo, Incomáti e Maputo. Partilha ainda o Lago Niassa na fronteira noroeste com a Tanzânia, e o Malauí.

A importância dos recursos hídricos para a integração e o desenvolvimento da região é reconhecida pelos Estados membros. Por isso, em 1995, a região adoptou o Protocolo sobre Sistemas de Água Compartilhados, revisto em 2003, para regular a gestão e a utilização de recursos de água regionais escassos, dada a sua importância no desenvolvimento económico, ambiental, de segurança alimentar e do alívio da pobreza (Erasmus 2003).

No setor de energia, Moçambique possui também um grande potencial devido, essencialmente, à existência de inúmeros recursos hídricos, carvão, gás natural, biomassa e altos níveis de energia solar. A barragem de Cahora Bassa é a principal fonte de energia hidrelétrica, cujo potencial é estimado em 14.000 Megawatts, dos quais somente 2.075 estão atualmente a serem explorados (EIA 2005).

A Hidroelétrica de Cahora Bassa fornece energia para o consumo doméstico e para o fornecimento à África do Sul e Zimbábue. Em 2003, Moçambique concorreu com sucesso para o fornecimento de energia ao Malauí por 20 anos, a partir de 2004, com o fornecimento acima de 300 MW a partir da Hidroelétrica de Cahora Bassa, no Songo (EIA 2005).

Na área de energia, a SADC aprovou um Protocolo sobre energia, que entrou em vigor a partir de 1998, para regular a gestão e utilização da energia na região. A SADC *Power Pool* desempenha um papel essencial neste domínio, tendo a companhia sul-africana de Energia, ESCOM, iniciado a penetração em cada país vizinho para a maximização da utilização da energia (EIA 2005).

Em fevereiro de 2004, foi instalado um gasoduto de 536 milhas, fornecendo gás natural dos campos de Temane, em Moçambique, para Secunda, na África do Sul. O projeto, instalado pela SAZOL, estabelece a integração entre Moçambique e a África do Sul e corresponde a 1.2 bilhões de dólares.

O estabelecimento de corredores de desenvolvimento ligando o país com os países vizinhos, no âmbito do conceito de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI¹⁸), tem como objetivo o aumento do comércio intrarregional, criando complementaridades dentro das estratégias económicas do país e fortalecer o nível de integração regional.

¹⁸ Sigla do inglês, *Spatial Development Initiative*.

De referir, a este respeito, que Moçambique tem três corredores principais. O Corredor de desenvolvimento de Nacala, na Província de Nampula, no norte, estabelecido para ligar Moçambique aos países interiores de Malauí e Zâmbia. Este corredor foi privatizado em 2000, estando atualmente numa fase avançada de desenvolvimento com a aquisição de novas locomotivas e restauração da linha férrea, que já permite a ligação entre Nampula e Lichinga, capital da província do Niassa.

O Corredor de Desenvolvimento da Beira é outro corredor inserido nestas iniciativas, tendo duas linhas: A linha de Machipanda, ligando o Porto da Beira ao Zimbábue, consistindo em cerca de 3000 quilómetros de estrada, linha férrea e um oleoduto; a outra é a linha de Sena, ligando a Beira às minas de carvão de Moatize em Tete e o Malauí, com cerca de 600 km. A atualização do projeto de reabilitação da infraestrutura e *procurement* das locomotivas e outros insumos contou com o financiamento parcial do Banco Mundial (Muagerene 2005).

O Corredor de Desenvolvimento de Maputo (MDC)¹⁹ foi a primeira das SDIs a ser executada, em 1995, e liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo em Moçambique. O sistema do corredor inclui a autoestrada, a linha férrea, o posto fronteiriço e o Porto de Maputo. A partir de 2004, o MDC inclui um gasoduto e possui uma zona franca industrial, onde se localizam os megaprojetos da MOZAL e SAZOL. A partir de 2005, foram abolidos os requisitos de visto, para facilitar o processo de integração regional (TRALAC 2005).

Os desenvolvimentos ao longo do corredor focaram-se na reabilitação e modernização das tradicionais ligações do comércio e transporte como uma base para um desenvolvimento econômico abrangente. A estrada, as ferrovias e a infraestrutura e funcionamento do porto foram concessionados em Moçambique. Consoante a SADC Hoje (2006), a participação do setor privado joga um papel importante no corredor, particularmente, no investimento na construção de uma estrada com portagens que liga Withbank na África do Sul a Maputo (a estrada com portagens N4) e na melhoria do funcionamento de ferrovias e portos em Moçambique.

Outros grandes investimentos do setor privado, localizados ao longo deste corredor, incluem a fábrica de alumínio de Moçambique (MOZAL), a fábrica do Ferro e Aço de Maputo, o Parque Industrial do Beluluane e vários projetos da indústria do gás natural. Estima-se que os desenvolvimentos no corredor já criaram cerca de 15.000 empregos (SADC Hoje 2006).

19 Sigla do inglês, *Maputo Development Corridor*.

Segundo Lhalbahadur e Otto (2013), a Iniciativa Logística do Corredor de Maputo (MCLI)²⁰ foi lançada em 2004, como uma parceria do sector público e privado para criar maior consciencialização e utilização do corredor. Para estes autores, a MCLI emergiu como uma das instituições mais vibrantes e inclusivas dirigidas pelo setor privado na África Austral e faz a gestão da infraestrutura portuária de Maputo. Os autores concluem que se trata de um exemplo significativo de cooperação entre Moçambique e África do Sul, particularmente no desenvolvimento e integração econômica.

Para Lhalbahadur e Otto (2013) também, o Corredor de Desenvolvimento de Mtwara envolve os territórios do Malauí, Moçambique, República Unida da Tanzânia e a Zâmbia. O Corredor é percorrido desde o porto de Mtwara, no leste, à Mbamba Bay, ao ocidente no Lago Malauí. Projetos dos transportes incluem a expansão e modernização do porto de Mtwara, dos portos de Mbamba Bay e Manda, ambos situados no Lago Niassa. Outros projetos incluem a modernização do Aeroporto de Mtwara e várias infraestruturas de estradas e caminhos-de-ferro.

A Ponte da Unidade, inaugurada em Maio de 2010 pelos Chefes de Estados de Moçambique da Tanzânia, atravessa o Rovuma, contribui significativamente para melhoria na conectividade da rede de estradas na região. Importantes, também, são a Estação de Energia Térmica de Mchuchuma, o viaduto de petróleo de Mtwara-Mbamba Bay e o projeto do gás do Songo (SADC Hoje 2006). De referir ainda que, segundo fontes oficiais, a estrada que liga a Tanzânia à Ponte da Unidade já se encontra asfaltada e, do lado moçambicano, afirma-se terem já sido disponibilizados os recursos necessários à asfaltagem da estrada (Lalbahadur e Otto 2013).

Moçambique possui, também, um grande potencial na área do turismo associado à fauna transfronteiriça incluindo parques nacionais e reservas de caça para além de possuir inúmeras praias de renome regional e internacional. Para o efeito, o país assinou importantes acordos regionais, o primeiro dos quais sendo um Acordo Internacional sobre o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, assinado com a África do Sul e o Zimbábue, em Novembro de 2000. Outro acordo com dimensões similares é o Protocolo Trilateral entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia para a Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos, que foi assinado em junho de 2000. Estas iniciativas são consideradas como tendo potencial para promover o turismo bem como a convergência na região (Muagerene 2005).

No que concerne ao desenvolvimento político, Moçambique é considerado uma jovem democracia à semelhança dos outros países da SADC. O

20 Sigla do inglês, *Maputo Corridor Logistic Initiative*.

país adotou o sistema democrático em 1990 e foram feitos progressos no estabelecimento de instituições democráticas e na consolidação da regularidade de eleições democráticas desde 1994. A necessidade de melhorias na reforma judicial, bem como o respeito do Estado de Direito para ir de encontro com as necessidades introduzidas através do processo de reformas econômicas, tem sido apontados como os principais constrangimentos do processo.

Constata-se, no entanto, que Moçambique tem um grande potencial para desempenhar um papel importante na integração regional e se beneficiar das oportunidades que este processo oferece para o seu desenvolvimento econômico e social. As vantagens resultantes da sua localização geográfica e dotação de recursos naturais concorrem para a aquisição de benefícios em resultado do seu envolvimento no processo de integração na África Austral.

Importantes ações têm sido levadas a cabo, no âmbito da diplomacia pelos líderes moçambicanos, como foi o caso da mediação do conflito político em Madagascar, levada a cabo pelo antigo Presidente Moçambicano, Joaquim Chissano, através do mandato da SADC. O antigo estadista moçambicano foi incumbido de mediar o conflito político em Madagascar, que emergiu quando Andry Rajoelina afastou o incumbente Marc Ravalomanana num golpe em 2009. Esta ação, que resultou na suspensão de Madagascar da UA e da SADC por uma mudança inconstitucional do governo, caiu dentro do mandato da SADC para o resolver. Apesar da pesada natureza do processo de mediação, os esforços de Chissano foram louváveis.

Entretanto, a crise política em Madagascar foi gerida de forma adequada pela SADC, levando paulatinamente os principais e legítimos interessados à mesa de negociações numa abordagem *win-win*, que só poderia beneficiar a todos os cidadãos Malgaxes, contrariamente às abordagens militaristas que a crise estava conhecendo aquando da sua eclosão e em determinados momentos do seu decurso. Esta crise encontra-se atualmente resolvida e a legalidade constitucional foi resposta em Madagascar graças ao empenho e dedicação da SADC e do mediador indicado por esta organização, Joaquim Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique.

Os esforços de mediação do antigo Presidente de Moçambique foram igualmente reconhecidos em 2012, quando recebeu o mandato para mediar uma disputa fronteiriça entre o Malauí e a Tanzânia. Os dois Estados membros da SADC divergiam sobre a delimitação do Lago Malauí-Lago Niassa, uma disputa que ameaçava tomar contornos violentos. Porém, tudo indica que a disputa está sob controle, seguindo seus trâmites para uma resolução por meios pacíficos.

Segundo Lhalbahadur e Otto (2013), Moçambique envolveu-se ainda num compromisso que tem sido muito elogiado na região. Trata-se do triângulo de crescimento Zâmbia – Malauí – Moçambique (ZMM-GT)²¹, uma iniciativa trilateral visando promover o comércio e investimento nos três países vizinhos através do aproveitamento da dotação de recursos através da participação do setor privado e da criação de infraestruturas desenvolvidas.

Consoante Lhalbahadur e Otto (2013), o ZMM-GT pretende fortalecer as capacidades dos pequenos produtores e expandir seu Mercado potencial para a promoção de atividades do comércio, produção e investimentos nas cadeias de valor através das fronteiras. De acordo com estes autores o projeto tem ambições amplas para harmonizar o comércio e políticas internacionais, ao mesmo tempo que também presta atenção a assuntos de vistos, residências e segurança, entretanto tem dificuldades para obter apoio financeiro.

Lhalbahadur e Otto (2013) afirmam também, que Moçambique embarcou de forma bem-sucedida num acordo trilateral de cooperação em segurança com a Tanzânia e África do Sul sob os auspícios da SADC, para conter a ameaça de pirataria ao longo da sua vasta costa. Dado que a atividade marítima irá aumentar quando os vários corredores de desenvolvimento se tornarem plenamente operacionais, há preocupações de que a pirataria poderá recrudescer na região. No entanto, de acordo com estes autores, embora haja preocupações de que as medidas postas em prática sejam insuficientes (apenas uma fragata sul-africana para patrulhar a costa), há um acordo geral de que a cooperação entre os três países está funcionando bem.

Considerações finais

Torna-se evidente que Moçambique tem desempenhado, ao longo do tempo, um papel de grande relevo no processo de integração regional na África Austral. Este papel ganhou importância particular durante vigência dos regimes minoritários na região, para cujo derrube Moçambique se empenhou de forma abnegada. O apoio concedido aos movimentos de libertação, no contexto da Organização dos Estados da Linha da Frente, a participação na criação da SADCC, como um dos principais atores na busca da redução da dependência regional em relação à África do Sul, e não só, bem como o seu envolvimento em diversas missões de busca de paz por meios pacíficos para a região são ações que colocam o país no pedestal dos esforços de promoção da integração regional na SADC.

21 Sigla do inglês, *Zambia-Mozambique-Malawi Growth Triangle*.

Este protagonismo na promoção da cooperação regional foi um fator adicional na colocação de Moçambique como um dos principais inimigos dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, tendo criado enormes custos para este país. No entanto, a posição geoestratégica de Moçambique, servindo de porta de acesso ao mar dos países vizinhos como o Zimbábue, Malawi, Zâmbia e Suazilândia continua a ser um fator encorajador para o seu envolvimento nos esforços da integração regional.

Com efeito, a existência de importantes portos em Maputo, Beira e Nacala, bem como a existência de uma infraestrutura de transportes e comunicações orientada para a prestação de serviços faz de Moçambique um beneficiário potencial dos esforços de integração regional. Esforços de cooperação estão, também, sendo levados a cabo com outros países da região como é o caso do Botswana, país interessado numa parceria para a construção de um porto de águas profundas em Techobanine, na província de Maputo.

De recordar que os esforços da SADCC na restauração da rede de transportes existentes em Moçambique foi considerado um pilar nos esforços para o estabelecimento de ligações que poderão concorrer para a facilitação do comércio intra-regional e internacional. No âmbito da sua política externa na região, o restabelecimento de relações com a África do Sul, que estavam bastante condicionadas pela vigência da política de *apartheid* naquele país, constituiu uma das prioridades da política externa de Moçambique no período pós-guerra civil e após a implantação, naquele país, de um regime de maioria democraticamente eleito em 1994.

Antigos aliados desde os tempos de exílio na Tanzânia, a FRELIMO e o CNA encontraram ambiente propício para o fortalecimento de suas relações de amizade e cooperação formal entre partidos no poder em Estados independentes e soberanos. Assim, a África do Sul democrática passou a ser o maior investidor regional e maior parceiro comercial de Moçambique na região.

A cooperação na área da segurança contra o crime transfronteiriço, consubstanciado no roubo de viaturas, tráfico de armas ligeiras e de drogas, caça furtiva e outros tipos de crime, constituem objeto das ações conjuntas que estão sendo levadas a cabo pelos dois países nesta matéria. Por outro lado, em cooperação com a Tanzânia no âmbito de um acordo tripartido, têm sido levadas a cabo ações de patrulhamento da costa marítima, visando proteger os países signatários das investidas de piratas do mar, dos imigrantes ilegais e de outros atores que possam atentar contra a soberania destes países da costa do Índico.

A política externa de Moçambique tem sido caracterizada por um grande protagonismo nos assuntos regionais, o que fez com que o país se

destacasse em várias etapas da integração regional. Apesar da política externa diversificada virada para a “procura de mais amigos e mais parcerias” a nível internacional, é na região da SADC e no continente africano que se localiza a maior parte das representações diplomáticas de Moçambique.

A integração regional constitui um dos principais pilares da política externa de Moçambique, de onde se espera tirar proveito das suas vantagens comparativas devidas à sua localização geoestratégica e a abundância de recursos naturais para além de ter uma grande capacidade de fornecer energia elétrica à maioria dos países da região através da Barragem de Cahora Bassa, a maior barragem hidrelétrica existente na região, que ainda se encontra subutilizada. O papel histórico desempenhado por este país na libertação dos países da região, que ainda se encontravam sob dominação de regimes minoritários, atribui-lhe um lugar de destaque na política regional.

Para além do desempenho de importantes papéis na gestão política da organização regional, Moçambique tem se empenhado no cumprimento de suas obrigações na SADC, organização de que é membro fundador e na qual se empenha com grande entusiasmo. No âmbito do Protocolo Comercial da SADC, que preconizava a criação de uma Zona de Comércio Livre da África Austral em 2008, Moçambique foi exemplar no cumprimento dos calendários de desarmamento tarifário e na aprovação dos instrumentos legais visando a abertura do mercado nacional aos parceiros da região. Tem exercido mandatos de presidência das cúpulas da SADC e do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança, tendo liderado iniciativas de fortalecimento ou de manutenção da paz em alguns Estados da região.

No âmbito da busca de mecanismos para a resolução pacífica de conflitos, para além do empenho demonstrado pelo Presidente Joaquim Chissano e que tiveram a sua continuação na presidência de Armando Guebuza, Moçambique envolveu-se entusiasticamente na procura de soluções para as crises políticas no Lesoto, Zimbábue, República Democrática do Congo, e Madagascar, também no conflito potencial que ameaçava eclodir entre o Malauí e a Tanzânia em disputa pelo Lago Malauí/Niassa. Este protagonismo tem sido igualmente evidente nas ações que estão sendo levadas cabo por Filipe Nyusi, presidente eleito em 2014, que tem igualmente se envolvido entusiasticamente nos assuntos da região através da sua ativa participação na SADC.

De referir ainda que Moçambique deu um importante contributo na SADC através do antigo Ministro das Finanças, Dr. Tomaz Salomão, que desempenhou, por dois mandatos, o cargo de Secretário-Geral desta organização. O envolvimento de funcionários superiores de Moçambique em tarefas

técnicas e de direção de vários serviços e departamentos da SADC tem sido um fato recorrente e incontestável.

Apesar disso, torna-se necessário referir que nos últimos anos, Moçambique se tem mostrado cauteloso em relação à integração regional, tendo adiado a sua adesão à zona de comércio tripartido SADC-COMESA-EAC. A necessidade de uma avaliação mais cuidada dos benefícios a resultarem deste processo tripartido de integração regional tem sido apontada como o fator que determinou o adiamento da adesão de Moçambique a este acordo.

REFERÊNCIAS

- Abrahamsson, H. e Nilsson, A. 1994. *Moçambique em Transição: um estudo da história do desenvolvimento durante o período de 1974-1992*. Maputo: Padrigu/CEEI- ISRI.
- Christie, I. 1988. *Machel of Mozambique*. Harare: Zimbabwe.
- Davies, R. 1991. “Política Regional Sul-Africana nos anos 90: perspectivas para Mudança”. In: Zacarias, A. (Ed.). *Repensando estratégias sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: INFOTEN- ISRI.
- Erasmus, G. 2003. “The sustainable sharing of water in Southern Africa: Towards an integrated approach?” In: *Monitoring regional integration in Southern Africa*. Yearbook, v.3, p.81-93. Windhoek: Gamsberg Macmillan Publishers (Pty).
- Lhalbahadur, A. e Otto, L. 2013. *Mozambique’s foreign policy: pragmatic non-alignment as a tool for development*. África do Sul: SAIIA.
- Mair, S. 2001. “EAC, ECOWAS and SADC: an inter-regional comparison.” In: Hansohom, D. et al. (Ed.). *Monitoring regional integration in Southern Africa*. Yearbook, v. 1, p 9-39. Windhoek: Gamsberg Macmillan publishers (Pty).
- Matusse, R. 2002. *África Austral: das migrações bantu à integração regional*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Moçambique. Ministério da Indústria e Comércio - MIC. 2005. *Estratégia de Moçambique para o processo de integração regional na SADC*. Maputo.
- Mosca, J. 2005. *Economia de Moçambique*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Muagerene, A. 2005. “SADC regional integration: assessing the role of Angola and Mozambique.” In: Hansohom, D. et al. (Ed.). *Monitoring regional integration in Southern Africa*. Yearbook, v. 5, p. 67-82. Windhoek: NEPRU.

- Murapa, R. 2014. *Regional Integration in Southern Africa*. www.africa.edu.vc@syscom.co.zw.
- Nsekela, J. A. (Ed.). 1981. *Southern Africa: Towards economic liberation*. Londres: Collings.
- Rotchild, D. 1997. *Managing Ethnic Conflict in África. Pressures and Incentives for Cooperation*. Washington, D.C.: Brooking Institution Press.
- Southern African Development Community - SADC. 2006. "SADC Hoje", Gaborone, v. 9, n. 4. www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/portv9n4.pdf
- Trade and Law Centre - TRALAC. *Cross-border movement between Mozambique and SA no longer require Visas*. [http://www.tralac.org/ scripts/](http://www.tralac.org/scripts/)

RESUMO

Neste artigo se pretende refletir sobre o papel de Moçambique na região da África Austral. Sem procurar fazer uma análise exaustiva do processo de integração na SADC, o artigo busca a compreensão do contributo de Moçambique no desenvolvimento político, econômico e social da região da SADC. As vantagens resultantes da sua localização geoestratégica e o seu comprometimento para com a causa da libertação dos países que se encontravam sob a dominação de regimes minoritários são fatores que colaboraram para o desempenho, de Moçambique, de um papel crucial nos desenvolvimentos ocorridos na região da África Austral.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique; Integração regional; África Austral.

*Recebido em 25 de agosto de 2018.
Aprovado em 9 de janeiro de 2019.*